

Acesso rápido

» Início

Institucional

Administração
Composição do T
Comissões, Com
Escola Judicial
Órgãos Julgador
Ouvidoria

Contatos

Controle Interno

Dados Estatísticos

Desembargadores

Escola Judicial

Gestão Estratégica

Hino da Justiça do

Juizes 1º Grau

Juizes Convocado

Jurisdições

Justiça do Trabalh

Memorial

Microrregiões da

Organograma

Ouvidoria

Portal 75 anos da

» Unidades Judiciári

Consultas

Agenda da Admin

Corregedoria

Presidência

Vice-Corregedor

Vice-Presidência

Agenda do Juízo A

Atos Normativos

Atos

Atos da Escola

Atos da Presidê

Editais da Presid

Pesquisa de Atos

Portarias

Portarias da Co

Portarias da Pre

Portarias de Di

Portarias de Gr

Provimentos

Consolidação d

TRT

Provimentos da

Provimentos da

Provimentos da

Recomendações

Recomendação

Recomendação

Conjuntas

Regimento Inter

Regulamento Ge

Regulamento Int

TRT

Resoluções Adm

Atualização Legis

Carta Precatória

Cartilhas

Cartilha do Emp

Doméstico

Cartilha do Emp

Cartilha do Trabi

Cartilha do TRT

Consulta Process

Correições

Calendários

Relatórios

Relatórios de C

Relatórios de C

Relatórios de C

Relatórios de C

Relatórios de C

Relatórios de C

» Notícias

28/04/2017 18:12 | Profissionais da Justiça protestam contra as reformas trabalhista e previdenciária

Tweet



Ato foi realizado em frente ao Foro Trabalhista de Porto Alegre

Centenas de profissionais de órgãos ligados à Justiça se reuniram na manhã desta sexta-feira (28), em frente ao Foro Trabalhista de Porto Alegre, em protesto contra as reformas trabalhista e previdenciária. O ato foi organizado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região (Amatra IV) e o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal (Sintrajufe-RS), em parceria com outras entidades representativas de magistrados, servidores, procuradores e advogados.

Veja aqui as fotos do evento!

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS), desembargadora Beatriz Renck, esteve presente no ato e fez uso da palavra, a convite dos organizadores. A magistrada manifestou que a reforma trabalhista – aprovada com muita rapidez, na sua opinião, sem que a sociedade compreendesse seus malefícios – vai muito além de meras alterações legislativas. Por isso, na sua visão, os juizes do Trabalho têm propriedade para expressar contrariedade com o projeto de lei, pois são defensores do trabalho digno e juraram, ao tomar posse no cargo, sempre defender a Constituição Federal. Na opinião da presidente do TRT-RS, a reforma aprovada na Câmara desnatura todo o Direito do Trabalho como o ramo que busca proteger o trabalho humano como uma forma de garantir não apenas sobrevivência, mas também dignidade ao cidadão, com saúde preservada e direitos respeitados.

A desembargadora também entende que a reforma desconsidera a jurisprudência construída ao longo de 76 anos e reduz a importância do Tribunal Superior do Trabalho, instância especial que consolidou entendimentos de milhares de decisões de magistrados, sendo alguns transformados em lei, inclusive.

Ainda no seu discurso, Beatriz afirmou não ser aceitável o argumento de que a legislação trabalhista é anacrônica. "Os direitos sociais estão na Constituição de 1988, uma das mais modernas do mundo, que infelizmente nunca conseguimos implementar plenamente", disse. A magistrada também lamentou o fato de a reforma subverter regras de responsabilidade civil em caso de acidentes de trabalho, atrelando o valor das indenizações ao salário do empregado. "Só o trabalhador não terá seu direito de personalidade e integridade física respeitado, porque vira objeto", explicou.

A presidente do TRT-RS afirmou que se une à luta dos profissionais da Justiça por uma sociedade mais justa, digna e solidária. "Não há modernidade em uma lei que avança para uma maior desigualdade social. Estamos no século 21, em que nós deveríamos garantir mais direitos. É isso que a população pediu quando foi às ruas: mais educação, mais saúde, mais trabalho digno e mais direitos. A reforma trabalhista não é modernidade, é sim retrocesso", concluiu.

O evento teve a participação das seguintes entidades: Ministério Público do Trabalho, Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), Associação dos Juizes Federais do RS (Ajufergs), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS), Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas (Agetra), Associação do Ministério Público do RS (AMP/RS), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Nacional dos Procuradores da República, Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), Fórum Interinstitucional em Defesa do Direito e da Justiça do Trabalho (Fiddejust), União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública do RS, Sindicato dos Servidores do Ministério Público Estadual (Simpe/RS), Sindicato dos Servidores do Judiciário Estadual (Sindjus).

Após o ato em frente ao Foro, os manifestantes partiram em caminhada rumo à esquina democrática (Av. Borges Medeiros com Rua dos Andradas, no Centro Histórico).

Fonte: Gabriel Borges Fortes. Fotos: Inácio do Canto

Relatórios de C... Anterior
Relatórios de C...
Relatórios de C... Retornar
Relatórios de C...
Relatórios de C...

Próxima

Diários Eletrônicos

Jurisprudência

Decisões de 2º Grau (Acórdãos)
Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)
Incidentes de Uniformização de Jurisprudência (IUJ)
Orientações Jurisprudenciais da Seção Especializada em Execução
Pesquisa de Súmulas e Orientações Jurisprudenciais da SEEX
Precedentes do TRT
Revista Eletrônica
Súmulas do TRT
Tese Jurídica Prevalente

Lista de Advogados

Pauta Online

Precatórios

Regimento Interno

Regulamento Geral

Relatório Anual de Atividades

✖ Sessões e Audiências do TRT

Processos

Processos Eletrônicos

Pauta online
Processo Eletrônico (Guaíba e Encantado)
Processo Judicial Eletrônico - PJe-JT

Processos Físicos

Consulta por OAB
Consulta Processual
Pauta online

✖ Sessões e Audiências do TRT

Serviços

Arquivo

Atendimento a Usuários

Atualização Monetária

Atualização de Valores pelo IPCA-E

Cálculos Trabalhistas

Calendários Oficiais

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

Certidões dos Feitos Trabalhistas

Classificação de Petições

Conferência de Documentos Assinados Eletronicamente
e-DOC

Fale Conosco

Guias e Recolhimentos

Contribuições Previdenciárias - GPS
Custas e Emolumentos - GRU Judicial
Depósito Judicial Trabalhista
Depósito Recursal

JACEP - Conciliação, Execução e Precatórios

Leilão Eletrônico

Pedido de Sustentação Oral - Proc. Físicos e Eletrônicos

Peticionamento Eletrônico

Petições Via Fax

Plantão Judiciário

Portal Imigrantes

Pré-cadastramento de Petições Iniciais

Processo Judicial Eletrônico - PJe

Protocolo Postal

Rede sem fio

Semana Nacional da Conciliação Trabalhista

Sessões on-line

✖ TRT4 Push

Notícias

Notícias

✖ Vídeos e Áudios Institucionais

Concursos

Abertura de Processo de Remoção de Juiz do Trabalho Substituto

Concurso Interno de Remoção

Concurso Juiz Substituto 2006

Concurso Juiz Substituto 2012

Concurso Juiz Substituto 2016

Estágios

Servidores (2006/2009)

Servidores (2011)

✖ Servidores (2015) NOVO

Transparência

Beneficiários, Despesas de Pessoal, Provimentos e Vacâncias

Contas Públicas (Ato CSJT nº 08/2009)

Apresentação
Citações referentes a sanções administrativas (DOU)
Compras
Contratos
Diárias e passagens

Empresas apenadas

Execução Orçamentária e Financeira

Detalhamento de
Programas

Execução de Despesas

Extrato do Fornecedor

Honorários Periciais

Honorários pagos

Licitações

Cadastro de fornecedores

Guia de Compras Sustentáveis

Licitações em andamento

Licitações encerradas

Registro de preços

Obras

Relação de Veículos Oficiais

Relatórios de gestão fiscal

Seleção de Profissionais

Suprimento de fundos

Termos de Cessão

Contratações de TI

Demonstrações Contábeis

Folha de Pagamento/Estrutura Remuneratória e Detalhamento da Folha de Pagamento

Informações Patrimoniais - Lei nº 12.527/2011

Outras Informações Orçamentárias

Pedido de acesso a informações - Lei nº 12.527/2011

Pessoal

Empregados de empresas contratadas

Membros da magistratura e demais agentes públicos

Quantitativo de cargos e funções

Plano de Logística Sustentável

Prestação de Contas ao TCU

Relação de Estagiários

Resolução CNJ nº 102/2009

Apresentação

Gestão orçamentária e financeira

Resolução CNJ nº 195/2014

Exercício 2014

Exercício 2015

Exercício 2016

Exercício 2017

Resolução CNJ nº 215/2015

Resolução CNJ nº 219/2016

Resolução CNJ nº 34/2007, com redação da Resolução CNJ nº 226/2016

Registro de Atividade Docente - Cursos

Registro de Atividade Docente - Magistério

✖ Teletrabalho (Resolução CNJ nº 227/2016)

Links

Conselhos, Tribunais e Instituições Afins

✖ Gerais

Acesso Restrito

Consignações

EJ Virtual

Ensino a

Distância

Extranet

inFORPes

Portal VOX

✖ WebMail

Busca no site 🔍

Processos Físicos

Consulta Processual

Consulta por OAB

Peticionamento Eletrônico

PRECAD

Sustentação Oral

TRT4 Push

Processos Eletrônicos

Processo Judicial Eletrônico-PJe

Encantado e Guaíba

Jurisprudência

Acórdãos

Revista Eletrônica

Institucional

Composição do TRT

Órgãos Julgadores

Desembargadores

Juízes 1º Grau

Unidades Judiciárias

Serviços

Concursos

Notícias

Transparência

Av. Praia de Belas, 1100 Porto Alegre, RS CEP: 90110-903 PABX: (51)3255-2000 CNPJ:02.520.619/0001-52